



Consulta

Prestação de Serviços de

Assessoria Mediática do Programa

"Portugal Sou Eu"

Janeiro 2019

Conteúdo

1. Introdução	2
2. Enquadramento	2
3. Público-Alvo	3
4. Objetivos da Comunicação.....	4
5. Consulta.....	6
5.1. Objeto da Consulta.....	6
5.2. Atividades a desenvolver	6
5.3. Período da Prestação do Serviço.....	7
6. Proteção de Dados Pessoais.....	7
7. Dever de Sigilo.....	8
8. Condições Administrativas.....	8
8.1. Forma da Proposta.....	8
8.2. Documentos que acompanham a Proposta.....	9
8.3. Apresentação e prazo da Proposta	9
8.4. Preço e Condições de Pagamento.....	9
8.5. Critérios de Seleção.....	10
8.6. Negociação	10
8.7. Dúvidas e Esclarecimentos.....	10
8.8. Análise e Exclusão das Propostas.....	11
8.9. Minuta do Contrato, Notificação e Obrigações Contratuais.....	11
8.10. Entidade Adjudicante	11

1. Introdução

Este documento apresenta informação considerada relevante para a consulta a entidades para a prestação de serviços de Assessoria Mediática e *Clipping* ao Programa “PORTUGAL SOU EU”.

2. Enquadramento

A AEP - Associação Empresarial de Portugal pertence ao Órgão de Gestão do Programa PORTUGAL SOU EU juntamente com a AIP, a CAP e o IAPMEI.

Esta iniciativa foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 56/2011 cujo objetivo é evidenciar a importância da valorização da produção nacional para a promoção da competitividade e do emprego nas empresas nacionais, em particular nas pequenas e médias empresas (PME).

A iniciativa «Portugal Sou Eu» assenta em quatro vetores fundamentais, com o objetivo de mobilizar o país para o desígnio do crescimento económico, evidenciando a importância social e económica do consumo e da produção de produtos e de serviços com relevante contributo da economia nacional, como meio de fomento da competitividade das empresas e do emprego:

- a) Fomentar e apoiar a competitividade das empresas nacionais;
- b) Estimular a produção de bens e serviços com elevada incorporação de valor acrescentado em Portugal, contribuindo para a revitalização do tecido produtivo nacional;
- c) Procurar a mudança de atitude dos consumidores e das empresas, no sentido de reconhecerem o produto e os serviços nacionais como bens de qualidade, que criam emprego e que melhoram a condição do país;
- d) Dinamizar a procura dos produtos e dos serviços que mais contribuem para a criação de valor em Portugal fomentando uma maior articulação entre empresas e a criação de redes de fornecimento.

A gestão operacional da Iniciativa, através do Órgão de Gestão, implementa as linhas estratégicas definidas pelo Conselho Estratégico e desenvolve as ações em cada eixo, envolvendo os parceiros especializados, sectoriais - indústria, turismo, serviços, agricultura, comércio, restauração e afins, de âmbito municipal/regional/nacional e de natureza privada e pública.

A implementação do Programa é da responsabilidade das organizações privadas AEP, AIP-CCI, CAP, CCP, AHRESP, APED e o IAPMEI, cabendo a atribuição do selo às entidades associativas. O programa é gerido através de um Órgão de Gestão em regime de co promoção/consórcio coordenado pela AEP.

3. Público-Alvo

A definição do público-alvo é um dos principais pontos para o sucesso da divulgação e promoção de um projeto. Todas as ações de comunicação devem ser projetadas tendo em consideração o público a que se dirigem.

Tendo em consideração a tipologia e âmbito do projeto, vocacionado essencialmente para promover a marca, foram definidos os seguintes públicos-alvo, de acordo com os níveis de alocação propostos:

Target primário

Os consumidores, como referido anteriormente, são definidos como o *target* primário deste novo programa do “Portugal Sou Eu”.

Consumidores - consumidores ativos e consumidores do futuro, procurando estimular uma mudança de atitude, levando ao reconhecimento dos produtos e dos serviços de origem nacional e procurando elevar o “made in Portugal”, promovendo o consumo de produtos e serviços nacionais, através de uma escolha informada assente na qualidade dos produtos e serviços nacionais, promovendo a sustentabilidade do consumo e do ambiente.

Este projeto dirige-se a todos os residentes em Portugal, portugueses espalhados pelo mundo e indivíduos com afinidade a Portugal.

Target secundário

Os diversos agentes económicos, identificados seguidamente, são um público fundamental do projeto, dado que, apesar do foco deste plano estar no consumidor, são os diversos agentes económicos que operacionalizam o projeto, através da sua adesão ao programa “Portugal Sou Eu”.

- i. Produtores de bens e serviços em duas vertentes, enquanto potenciais aderentes para qualificação dos seus produtos/serviços com o selo “Portugal Sou Eu”; e enquanto agentes promotores na incorporação de bens intermédios de origem nacional.
- ii. Agentes do sector do comércio e da restauração como atores principais da relação de intermediação entre a produção e consumo.
- iii. Grandes cadeias de distribuição como aderentes ao programa e enquanto entidades de relevância na ótica da promoção do selo e dos princípios do programa, dada a importância da distribuição moderna nos modos de consumos atuais.
- iv. Grandes empresas, enquanto potenciais motores para cadeias de abastecimento que privilegiem a incorporação nacional.
- v. Associações regionais/setoriais, Autarquias, Universidades que agreguem e promovam produções específicas de pequena escala e promotores da importância do consumo de produtos e serviços de origem nacional na economia portuguesa.
- vi. Compradores institucionais valorizadores da importância para a economia nacional do consumo informado.

4. Objetivos da Comunicação

Reforçar o reconhecimento e a notoriedade da marca “PORTUGAL SOU EU” junto dos consumidores finais e empresas e entidades de referência ou públicas.

Especificamente para o Consumidor Final, desenvolver comunicação orientada para:

- Diferenciar a marca “PORTUGAL SOU EU” orientada **para os produtos / serviços** das empresas, pois apresentam uma taxa de incorporação nacional superior a 50% (produtos) ou 80% (serviços). Acentuar

as mensagens chave de valorização da oferta nacional, (*Ex: informar que o consumo de produtos portugueses contribui para gerar emprego e promover o crescimento sustentado da nossa economia*);

- Induzir alterações no comportamento do consumidor aquando do processo de decisão de aquisição de produtos / serviços, nomeadamente visando um reconhecimento automático e simplificado da origem do bem e serviço;
- Aproximar a realidade das empresas portuguesas aos jovens estudantes ainda na fase do ensino básico e no secundário e superior, estimulando o conhecimento da produção nacional;
- Aumentar a visibilidade da oferta nacional em conjunto com as empresas instaladas em Portugal através da divulgação dos produtos / serviços com selo e atualização permanente da adesão.

Para as empresas, desenvolver comunicação orientada para:

- Estimular as empresas para a adesão dos seus produtos / serviços ao selo “PORTUGAL SOU EU”;
- Estimular o comércio retalho e a restauração para adesão ao “Estatuto Estabelecimento Aderente”.
- Sensibilizar os distribuidores (grandes superfícies) para a exposição e aquisição dos produtos / serviços com selo Portugal Sou Eu.

Para os stakeholders, desenvolver comunicação orientada e dar a conhecer periodicamente as iniciativas e dados relevantes:

- Outros Membros do Conselho Estratégico: CIP, CTP, CCP, APED, AHRESP, DGAE, DGC, GPP, IPQ
- Entidades parceiras protocoladas: OROC, IPQ, AICEP, Docapesca, Tribuna Honra, Odisseias, INATEL, IVV, Alto Comissariado para as Migrações.
- O Ministério da Economia.

E ainda a mobilização de *opinion makers* para os objetivos do Programa:

- Público prescriptor / embaixadores.
- Instituições ou Plataformas que se associam ao espírito da Iniciativa.
- Média (meios tradicionais e *new media*).
- Outros *Opinion Makers*

5. Consulta

5.1. Objeto da Consulta

O objeto da presente Consulta é a contratação de serviços especializados de Assessoria Mediática e *Clipping*, até 31 de julho de 2020, visando a ativação, promoção e divulgação da Iniciativa “PORTUGAL SOU EU” nas Regiões de Convergência (NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), por via de uma visibilidade mediática que valorize a Iniciativa, esclareça os seus objetivos e potencie o interesse nos seus resultados e atividades, respeitando a Estratégia de Comunicação definida.

Por se tratar de uma marca promovida pelo governo português, em parceria com entidades da sociedade civil, de âmbito nacional, a comunicação tem que ser clara e transparente, garantindo que os propósitos da Iniciativa são bem compreendidos.

5.2. Atividades a desenvolver

- a. Apoio na preparação e calendarização de planos de comunicação;
- b. Gestão de base de dados de jornalistas, órgãos de comunicação social e *bloggers*;
- c. Relação com os órgãos de comunicação social para transmissão de informações, respostas a solicitações e prospeção de oportunidades de comunicação, bem como para cobertura de eventos e outras ações de divulgação da Iniciativa;
- d. Preparação de conteúdos escritos para comunicados de imprensa (inclui comunicados com o balanço dos eventos / ações), informação de agenda, *newsletters*, entrevistas, entre outros, e respetivo acompanhamento dos comunicados enviados;
- e. Organização de entrevistas com os prescritores / embaixadores e representantes da Iniciativa identificados para cada ação / evento;
- f. Promoção de entrevistas, artigos e reportagens;
- g. Promoção de parcerias com meios de comunicação social, sempre que se justifiquem oportunidades mediáticas;
- h. Acompanhamento e reforço de soluções mediáticas a desenvolver com *media partners*;

- i. Promoção e organização de encontros com jornalistas;
- j. Receção e acompanhamento dos órgãos de comunicação social nos eventos / ações realizados (as) em qualquer ponto de Portugal Continental;
- k. Monitorização dos media (*clipping*), com apresentação de relatórios por evento / ação e relatórios mensais globais com a respetiva valorização económica e a análise detalhadas de notícias positivas e negativas;
- l. Participação em reuniões periódicas normalmente mensais com a equipa de comunicação da Iniciativa;
- m. Articular a comunicação institucional com a entidade que venha desenvolver a comunicação nas redes sociais;
- n. Analisar propostas de meios de divulgação e emitir parecer;
- o. Ser um gestor de contacto com alguns dos embaixadores do programa.

5.3. Período da Prestação do Serviço

As atividades/serviços adjudicados no âmbito da presente consulta deverão ser assegurados entre a data de adjudicação e 31 de julho de 2020.

6. Proteção de Dados Pessoais

1. As partes obrigam-se a cumprir, nos seus precisos termos, o disposto na legislação nacional e comunitária relativa à proteção da privacidade e de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento Geral Sobre a Proteção de Dados (Regulamento (EU) 2016/679, de 27 de abril).
2. A entidade adjudicatária obriga-se ainda, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados pessoais e quaisquer elementos ou informações que lhe tenham sido confiados pela contraparte ou de que tenha tido conhecimento, por força da adjudicação do presente procedimento, na estrita observância das instruções emitidas pela AEP e da legislação aplicável.

3. A entidade adjudicatária garante a segurança e proteção de dados, através do estabelecimento de uma política de segurança, de controlos adequados e de gestão de riscos.
4. Sempre que a relação contratual implique a subcontratação, deve ser garantido pelo cocontratante, sucessivamente, que terceiros que envolva na execução do contrato, respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade, bem como as relativas à proteção jurídica de bases de dados e ao tratamento de dados pessoais, nos termos legalmente previstos na legislação à proteção de dados pessoais, designadamente as constantes do artigo 28.º do Regulamento Geral Sobre Proteção de Dados. As obrigações previstas na presente cláusula são aplicáveis no caso de cessão da posição contratual.

7. Dever de Sigilo

O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a esta consulta, de que possa ter conhecimento ao abrigo desta atividade.

8. Condições Administrativas

8.1. Forma da Proposta

A Proposta deve ser redigida em língua portuguesa, deverá ser acompanhada por *dossier*, no qual a empresa apresentará a seguinte informação:

- a. Preço expresso em euros, discriminado por atividades e custo hora/serviço, por extenso e algarismos, com inclusão do IVA. Em caso de dúvida ou discordância, prevalecerá o valor indicado por extenso;
- b. Condições de pagamento (ver 8.4.);
- c. Lista dos meios técnicos e humanos necessários à execução do trabalho;
- d. Memória descritiva dos serviços a prestar: âmbito de atuação; programação dos trabalhos e metodologias de execução.

8.2. Documentos que acompanham a Proposta

- a) Declaração comprovativa de que não se encontra em dívida ao Estado Português por impostos liquidados.
- b) Documento comprovativo de que se encontra regularizada a sua situação relativamente às contribuições para segurança social em Portugal.
- c) Documento comprovativo da última entrega da declaração periódica de rendimentos, para efeitos de IRC.

8.3. Apresentação e prazo da Proposta

A Proposta bem como os documentos que a acompanham devem ser entregues na AEP – Associação Empresarial de Portugal, até às 23h59 do dia 24 de janeiro de 2019, por correio eletrónico para o endereço compras@aeportugal.com, fazendo referência à identificação da presente consulta, ou, em alternativa, em envelope fechado, até às 18h00 da mesma data, na seguinte morada:

AEP – Associação Empresarial de Portugal
Serviço de Compras
Edifício de Serviços – Av. Dr. António Macedo, 196
4450-617 Leça da Palmeira

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

8.4. Preço e Condições de Pagamento

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a AEP deve pagar ao prestador de serviços:

- a) O preço constante da proposta adjudicada, o qual não pode ser, em qualquer caso, superior a 51.799,80€ (cinquenta e um mil setecentos e noventa e nove euros e oitenta centavos) e 6.598,10€ (seis mil quinhentos e noventa e oito euros e dez centavos), para assessoria mediática

e *clipping* respetivamente, com inclusão do IVA, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2. O preço global indicado na alínea a) da presente Cláusula inclui todo o tipo de custos relacionados com a prestação do serviço, como de escritório, coordenação, apoio administrativo, deslocações e secretariado corrente.

3. Os pagamentos serão efetuados 30 (trinta) dias após o recebimento do incentivo por parte do Compete 2020, contra fatura, com indicação da respetiva Encomenda de Compra.

8.5. Critérios de Seleção

As propostas serão classificadas em função dos seguintes critérios de avaliação:

- Capacidade de cobertura e conhecimento dos *media* - 25%
- Equipa e forma de articulação com o Órgão Operacional - 25%
- Preço dos serviços - 50%

8.6. Negociação

As propostas apresentadas poderão ser objeto de negociação.

8.7. Dúvidas e Esclarecimentos

a) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados por escrito, através de correio eletrónico para compras@aeportugal.pt.

b) Poderão ser marcadas reuniões prévias à apresentação de propostas para uma análise técnica e funcional da solução existente.

8.8. Análise e Exclusão das Propostas

São consideradas inaceitáveis as propostas que respondam parcialmente aos elementos mencionados no capítulo 5.

8.9. Minuta do Contrato, Notificação e Obrigações Contratuais

- a) Ao adjudicatário, com base na presente consulta, será enviada cópia da minuta do contrato a celebrar, para sua aprovação;
- b) O adjudicatário terá que devolver a minuta aprovada ou com proposta de alterações, no prazo de cinco dias úteis a contar da data da sua receção;
- c) Será celebrado o contrato, em data a fixar pela entidade adjudicante com o acordo do adjudicatário;

8.10. Entidade Adjudicante

AEP – Associação Empresarial de Portugal
Serviços de Compras
Avenida Dr. António Macedo, 196
4450-617 Leça da Palmeira

Leça da Palmeira, 10 de janeiro de 2019